

## NOTAS DE SINALIZAÇÃO DE ABANDONO DE LOCAL (SAL)

Art. 4º O Sistema de Sinalização para Abandono de Local será exigido por ocupação de acordo com a IN 001/DAT/CMSC.

Art. 5º Nas áreas tipificadas abaixo fica dispensada a exigência de instalação do sistema:

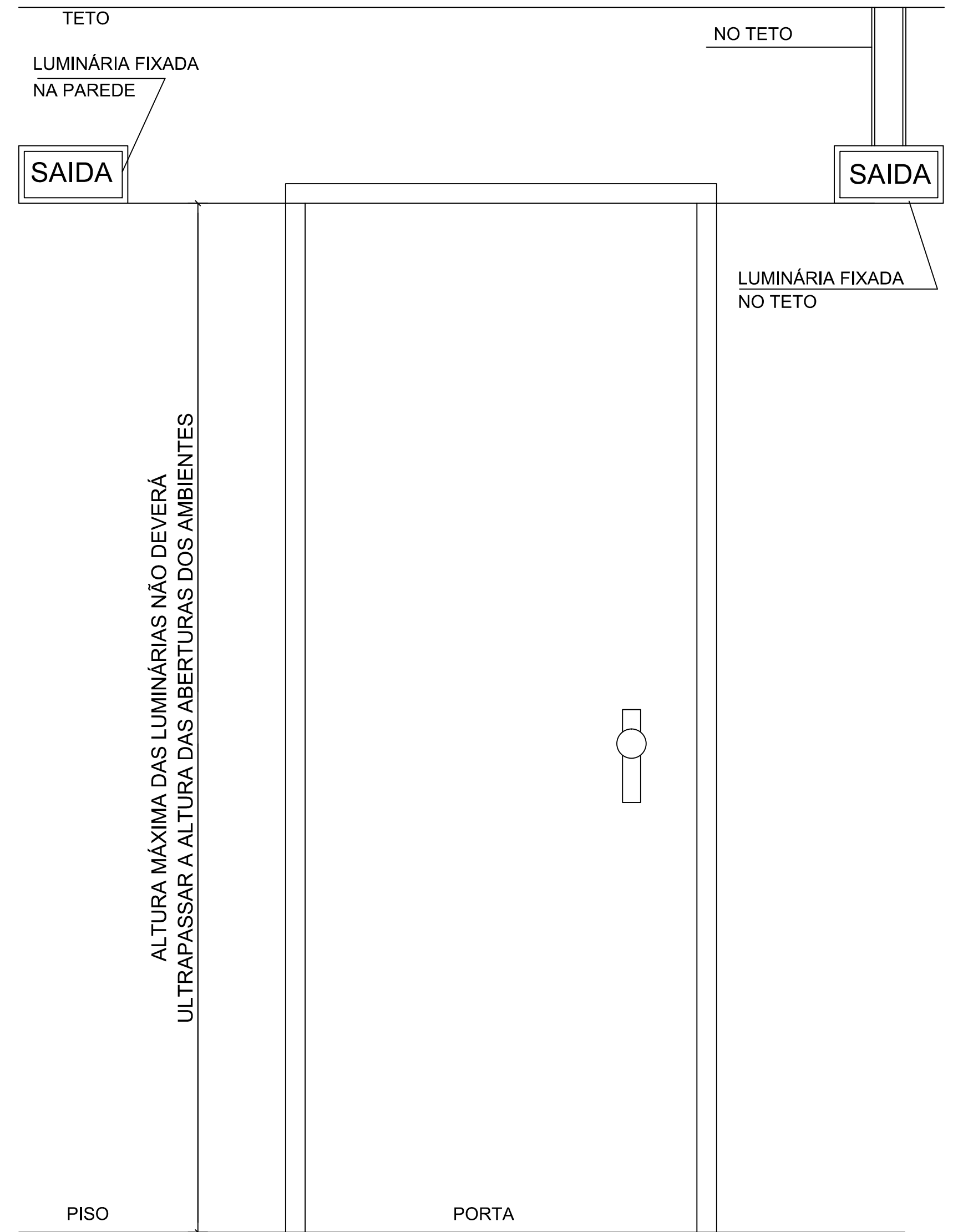
I – áreas cobertas, abertas, utilizadas para posicionamento de veículos para operações de reabastecimento de combustível, em respectivos postos de revenda no varejo;

II – as coberturas de bombas de combustível, desde que não sejam utilizadas para outros fins;

III – áreas cobertas, abertas, destinadas a estacionamento de veículos, quando constituídas de pavimento único e térreo.

Art. 6º A Sinalização para Abandono do Local deve assinalar todas as mudanças de direção, obstáculos, saídas, escadas, etc.

Art. 7º A distância em linha reta entre 2 (dois) pontos de Sinalização para Abandono de Local (SAL) não poderá ser maior que as previstas na tabela 1 desta norma.



OBS:  
AS LUMINÁRIAS NÃO PODEM FICAR INSTALADAS EM ALTURAS SUPERIORES ÀS ABERTURAS DO AMBIENTE

## DETALHE DAS LUMINÁRIAS (SAL)

ESC: S/ESC.

## NOTAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (IE)

Art. 6º O Sistema de Iluminação de Emergência poderá ser concebido pelos seguintes tipos de fontes de energia:

I – blocos autônomos;

II – centralizado por conjunto de baterias (acumuladores);

III – centralizado por gerador. Subseção I Blocos autônomos

Art. 7º Blocos autônomos, são aparelhos de iluminação de emergência constituídos de um único invólucro adequado, contendo: I – lâmpadas incandescentes, fluorescentes ou LED; II – fonte de energia incorporada, com carregador, controles de supervisão e com circuito de alimentação independente;

III – sensor de falha na tensão alternada, dispositivo necessário para colocá-lo em funcionamento, no caso de interrupção de alimentação da rede elétrica da concessionária ou na falta de uma iluminação adequada, em até 5 segundos;

IX – podem apresentar um dispositivo de teste desde que incorporado ao equipamento.

Art. 8º Deverá possuir dispositivo de proteção e realização de testes de funcionamento (disjuntores), dimensionado e instalado no Quadro Geral de Disjuntores da edificação com sua respectiva identificação. Parágrafo único. Deverá ser apresentado um diagrama multifilar mostrando a quantidade de blocos autônomos, tomadas, traço do circuito elétrico e o dispositivo de proteção, para fins de análise, instalação e vistoria.

Art. 13. A autonomia do sistema deverá ser dimensionada levando em consideração o tempo necessário para a realização dos eventos de saída dos ocupantes da edificação e as manobras de salvamento e combate ao incêndio. Parágrafo único. A autonomia mínima do sistema deve ser de 1 hora garantindo o nível mínimo de iluminação.

Art. 14. A tensão de alimentação do sistema de iluminação de emergência poderá ser no máximo de 30Vca (tensão com corrente contínua), devido aos efeitos da corrente elétrica percorrendo o corpo humano.

Art. 15. Deve ser garantido um nível mínimo de iluminação em nível do piso, de: I – 5 Lux em locais com desnível; a) escadas; b) rampas; c) obstáculos. II – 3 Lux em locais planos: a) corredores; b) halls; c) elevadores; d) locais de refúgio. Art. 16. O projeto do sistema de iluminação deve prever uma distribuição de pontos e determinação das luminárias de forma que haja uma uniformidade de iluminação em todos os ambientes.

Art. 17. A iluminação de ambiente não poderá deixar sombras nos degraus das escadas ou nos obstáculos.

Art. 18. A iluminação deve permitir o reconhecimento de obstáculos que possam dificultar a circulação, tais como: grades, portas, saídas, mudanças de direção, etc.

Art. 19. Locais onde pisos e/ou paredes são em cores escuras deverá ser levado em consideração para o dimensionamento do nível de iluminação (ex: boates, cinemas, teatros).

Art. 21. As luminárias de emergência deverão observar os seguintes requisitos:

I – os pontos de luz não devem causar ofuscamento, seja diretamente ou por iluminação refletiva.

II – quando utilizado anteparo ou luminária fechada, os aparelhos devem ser projetados de modo a não reter fumaça para não prejudicar seu rendimento luminoso.

Art. 22. O material utilizado para a fabricação da luminária deve ser o tipo que impeça propagação de chama e que sua combustão provoque um mínimo de emissão de gases tóxicos.

Art. 23. Podem ser utilizados os seguintes tipos de luminárias:

I – bloco autônomo de iluminação;

II – luminárias alimentadas por fonte centralizada;

III – luminárias com lâmpadas incandescentes, fluorescentes ou LED;

§ 1º Em escadas não devem ser utilizados projetores ou faróis.

§ 2º A razão média de nível de iluminação das áreas claras em relação às escuras deve ser no máximo de 20:1.

Art. 24. A fixação dos pontos de luz pode ser feita em paredes, teto ou suspensas, devendo ser realizada de modo que as luminárias não fiquem instaladas em alturas superiores às aberturas do ambiente.

Art. 25. A distância máxima entre dois pontos de iluminações de ambiente deve ser equivalente a quatro vezes a altura da instalação destes em relação ao nível do piso.

Art. 30. Recomenda-se que a polaridade dos condutores seja identificada conforme as cores previstos em normas próprias.

Art. 31. Instalações em locais onde haja perigo de explosão, as luminárias ou blocos autônomos devem ser blindados, próprios para essa aplicação:

I – no caso de alimentação centralizada, a fonte deve estar localizada em local livre do risco de explosão, fora da área perigosa. Os circuitos devem estar em tubulação blindada.

II – recomenda-se optar pela utilização de baixa tensão, 12V, reduzindo a possibilidade de fiação.

Art. 32. Em elevadores deve ser instalado pelo menos um ponto de luz, garantindo um nível de iluminação de 3 lux, ao nível do piso.

Art. 33. O projeto deve ser constituído de plantas, memoriais e outros documentos que facilitem a instalação do sistema.

Art. 34. Devem constar do projeto as seguintes informações:

I – especificações dos aparelhos;

II – identificação das áreas percorridas pelos circuitos de iluminação de emergência; localização das fontes de energia; posição das luminárias e demais componentes do sistema;

III – deve constar nota em projeto, fazendo referência quanto a: a) nível de iluminação a ser atingido pela (s) luminária (s) ao nível do piso considerado; b) tipo de fonte de energia; c) autonomia do sistema; d) especificação dos condutores quanto a risco de incêndio, danos físicos e químicos; e) tempo de comutação do sistema.

IV – memoriais.

Art. 35. É de responsabilidade do instalador a execução do sistema de iluminação de emergência, respeitando fielmente o projeto elaborado.

Art. 36. O proprietário da edificação ou possuidor a qualquer título, o instalador e o fabricante devem ser co-responsáveis pelo perfeito funcionamento do sistema.

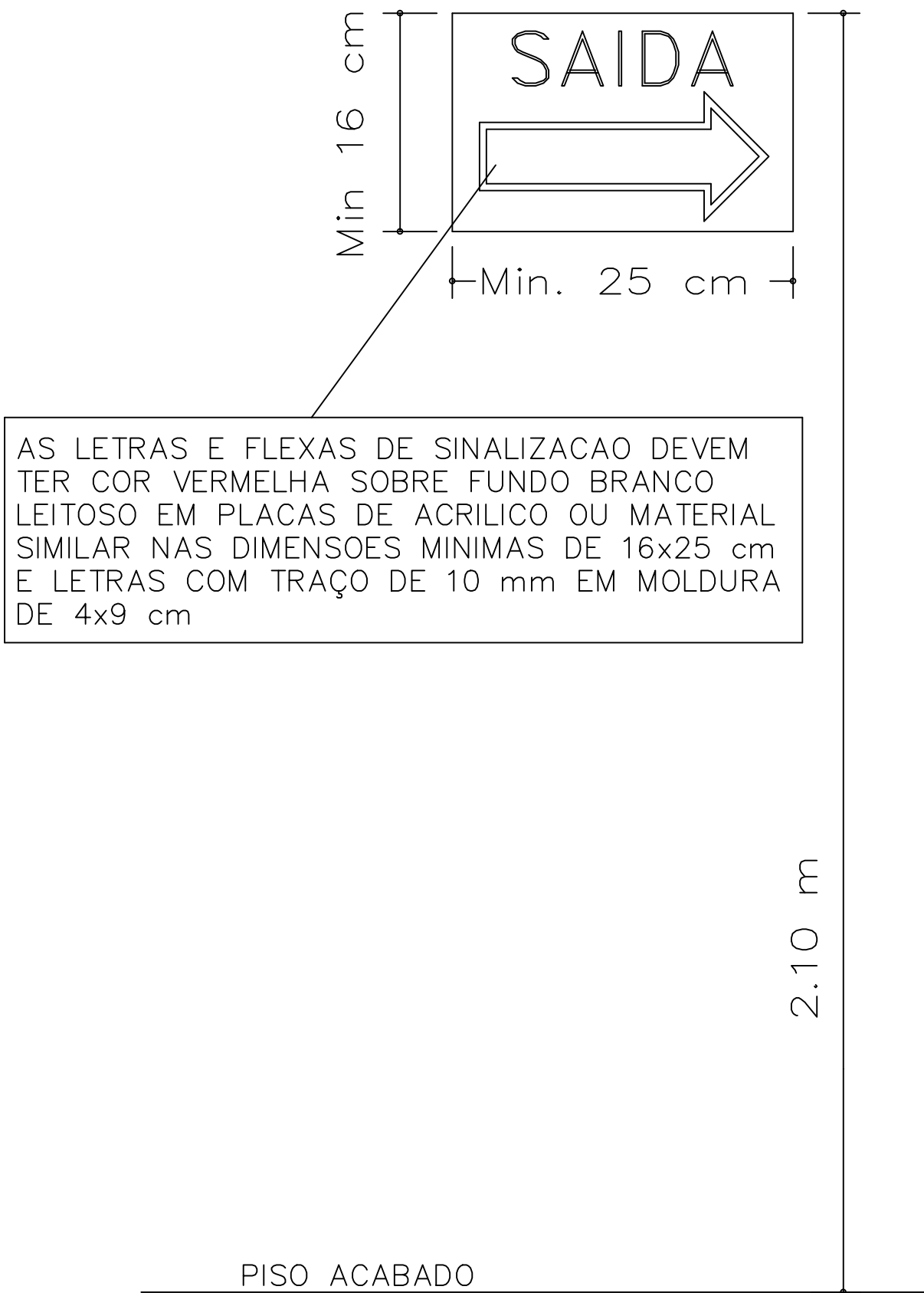
Art. 39. Consistem no segundo nível de manutenção, os reparos e substituição de componentes do equipamento ou instalação não compreendidos no primeiro nível. É vedado ao usuário executar o segundo nível de manutenção por envolver problemas técnicos, devendo ser executado por um dos profissionais responsáveis.

Art. 42. Verificação e testes periódicos em instalações centralizadas com acumuladores:

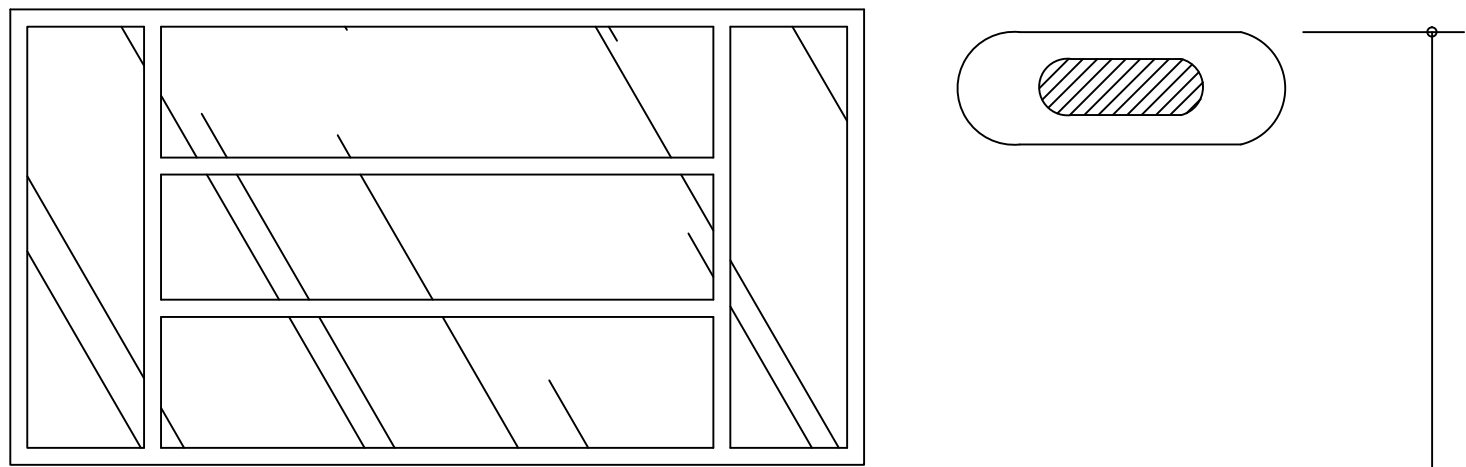
I – Mensalmente verificar o acionamento e funcionamento do sistema de iluminação de emergência, através do dispositivo de proteção e seccionamento.

II – semestralmente verificar: a) funcionamento do sistema por uma hora à plena carga; b) nível do eletrólito no caso de baterias de chumbo-cálcio ou chumbo-ácido.

III – anualmente verificar o nível do eletrólito para os outros tipos de baterias de acumuladores.



## DETALHE DA PLACA DE FUGA SEM ESCALA



## Características da luminária de emergência:

»Tensão-----127V ou 220V

»Autonomia-----6:00h posição mínimo 3:00h posição máximo

»LED's de alto brilho potência 2W

»Fluxo luminoso-----80 lm posição mínimo 150 lm posição máximo

»Bateria de lítio 3,7V com consumo de 1.0 A/hora

## DETALHE DA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

SEM ESCALA



## PREVENTIVO - SAL, IE

OBRA: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VIVENDAS DE BARCELONA		AREA A CONSTRUIR: QUADRO
LOCAL: RUA SALVADOR, RUA XINGU, RUA ARACAJU - BAIRRO BRÁSILIA - CRICIÚMA - SC		ESCALA: INDICADAS
ASSUNTO: NOTAS - SAL, NOTAS - IE, DETALHE DA PLACA DE FUGA, DETALHE DAS LUMINÁRIAS, DETALHE DA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		DATA: OUTUBRO / 2016
		DESENHISTA: BRUNA TISCOSKI
PROPRIETARIO: COND. RES. VIVENDAS DE BARCELONA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA CNPJ.: 12.986.536/0001-07	RESP. TECNICO: ENGº.: MAURÍCIO IZÉ CREA/SC : 095.284-5 FONE: (048) 3463 3573	AREA DO TERRENO: 6.504,80 m²
		PRANCHA: 04 / 12

"O SENHOR É O MEU PASTOR; NADA ME FALTARÁ". SALMO 23:1